

O Estado classista e o PDE como expressão de dominância

The class State and PDE as expression of domination

El Estado clasista y el PDE como expresión de dominación

Jeovandir Campos do Prado*

Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

O recorte desenvolvido neste estudo desnaturaliza alguns princípios e razões contidos no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), atinentes a sua formulação, elaboração e interesses ocultados na sua relação com o Estado. Sendo o PDE uma política pública para campo educacional, os debates, compulsoriamente, se passam na arena teórica na qual estão inseridos o Estado capitalista e “sua vocação para o disfarce”, como menciona Boron (2010). Em outras palavras, as análises, apoiadas nas lições marxiana/engelsiana/leniniana, corroboram o caráter classista desse Estado. Depreende-se que o PDE sofre a interferência de uma minoria privilegiada e, por conseguinte, pode ser considerado uma expressão de dominância.

Palavras-chave: Estado classista. Expressão dominante. PDE.

ABSTRACT

The focus of this study seeks to denature some principles and reasons contained in the Brazilian Education Development Plan (PDE) that refer to its formulation, its preparation and its interests hidden in its relationship with the state. Since PDE is a public policy for education, debates compulsorily take place in the theoretical field, where are the capitalist state and “its vocation for disguise” — as Boron puts it (2010). In other words, by drawing from Marx’s, Engels’ and Lenin’s thought, analyzes this study provides for corroborate the state’s condition of being a class. This means if a privileged minority interferes with the education plan, then this latter may be seen as an expression of domination.

Keywords: Class state. Dominant expression. PDE.

RESUMEN

El enfoque desarrollado en este estudio desnaturaliza algunos principios y razones contenidos en el Plan de Desarrollo de la Educación (PDE), en lo que se refiere a su formulación, preparación e intereses ocultos en su relación con el Estado. Dado que el PDE es una política pública para la educación, los debates obligatoriamente tienen lugar en el campo teórico, en el cual entran el estado capitalista y “su vocación por el disfraz” — como dice Boron (2010). En otras palabras, a la luz del pensamiento de Marx, Engels y Lenin, los análisis de este estudio corroboran el carácter clasista del Estado. Esto significa que, si una minoría privilegiada interfiere con el plan de educación, entonces este último puede ser visto como una expresión de dominación.

Palabras-clave: Estado clasista, Expresión dominante. PDE.

Introdução

O objetivo sugerido para este trabalho é pôr em relevo algumas questões inscritas na formulação, condução, intenção, interesses, desejos presentes, na elaboração de uma política educacional, no que concerne à função do Estado numa sociedade capitalista, cujo pano de fundo traz estampado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Gadotti (2008)¹, ao tecer algumas críticas ao PDE, oferece com elas, elementos que vão nortear nossas reflexões localizadas nas raízes que sustentam este Estado. De acordo com este autor, o PDE se tratou de um “Plano *sui generis*” que não foi “esperado” pela sociedade. Tampouco debatido por ela. Em que diferentes setores sentiram-se excluídos, enquanto outros, pertencentes a sociedade organizada (comercial) foram privilegiados.

Sem perder de vista nosso objetivo, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado oficialmente no dia 24 de abril de 2007, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), é sedutor no seu discurso, ao reconhecer o caráter formativo da educação, ajuizada como fator redutor das desigualdades sociais e em harmonia com os objetivos constitucionalmente determinados com nação brasileira e, ainda, com a promessa de qualidade. Diante desses elementos, inquiremos, sendo o PDE uma política governamental pouco discutida com a grande maioria dos setores da sociedade e, por outro lado, expressão de uma minoria dominante, se trata de um projeto isento das disputas de classe? O alinhamento a objetivos “constitucionalmente determinados” por si e per si já não denuncia tal expressão?

Diante dessas questões e de outras que porventura se imbricarem no debate posto, propomo-nos examinar os delineamentos que resultaram no Estado capitalista. Trazemos, para a cena destacada, as contribuições teóricas sobre o Estado classista exposto por Marx, Engels e Lenin, para nos ajudar na condução das discussões. O PDE, como parte dessa cena, ou seja, uma política social que retrata e refrata sua natureza social no capitalismo, nos dizeres de Lima (2010), “tal natureza é intrínseca ao próprio padrão de acumulação de capital, no qual a razão de acúmulo iguala-se à desapropriação de determinados bens de uma maioria em relação a uma minoria”, pode ser útil para ressaltar os traços que dão contornos definidos para esse Estado classista.

Marx e Engels (1998), no *Manifesto do Partido Comunista*, põe-nos a par dos antagonismos de classes em todas as sociedades e, ainda, apresenta-nos o formato do que hoje conhecemos como políticas públicas. Afiançam que, “[...], para oprimir uma classe, é necessário assegurar-lhe ao menos as condições mínimas em que possa ir arrastando a sua existência servil” (p. 19). No caso de uma política educacional inserida num contexto, na qual as regras do jogo estão estabelecidas pela ordem mercantil, essa servilidade pode alcançar níveis alienadores.

O PDE como expressão de uma classe dominante

O Plano de Desenvolvimento da educação (PDE), lançado no segundo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, propôs, em sua ambiciosa agenda, oferecer uma alternativa no que diz respeito à concepção de educação defendida, “a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e

¹ A posição desse autor diante do PDE é um tanto emblemática (crítica e valorização), dada talvez pela sua estreita ligação com o Partido dos Trabalhadores (PT) desde a sua criação. Gadotti foi integrante da 1ª diretoria executiva da Fundação Wilson Pinheiro, fundação essa, de apoio partidário criada em 1981 pelo partido e extinta em 1990 devida a divergências dentro do próprio PT. Em outro momento, foi chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo (1989-1990) no governo do PT e cuja prefeita, na época, era Luiza Erundina.

criativa frente ao mundo”, com o escopo da construção da autonomia. Ao mesmo tempo, o PDE, prossegue Haddad (2007, p. 5) na defesa de seus argumentos, constitui “[...] mais um passo em direção à construção de uma resposta institucional amparada nessa concepção de educação [...], uma concepção alinhada aos objetivos *constitucionalmente determinados* à República Federativa do Brasil”. (Grifos nosso).

Um dos pontos nevrálgicos do PDE, já assinalado por Gadotti (2008), aparece na seletividade daqueles que foram eleitos para comporem o campo de escuta na sua elaboração. Setores inteiros foram excluídos deste, em contrapartida, outros ditos organizados tiveram seu protagonismo resguardado. O “PAC da educação”² teve a contribuições importantes³ do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado pela Lei nº 10.683 em maio de 2003, com competência de “assessorar o Presidente da República na formulação de políticas, diretrizes específicas apreciar de propostas de políticas públicas e de reformas estruturais [...], com vistas a articulação das relações de governo com representantes da sociedade” (BRASIL, 2013).

Para um perfeito entendimento de nossas discussões, entre os conselheiros do CDES (sociedade eleita), estão presidentes de grandes grupos empresariais, executivos, diretores de grandes empresas e fundações, presidentes de entidades de classes, banqueiros, industriários e diversos segmentos.

Outro colaborador importante que esteve presente na elaboração do PDE foi o “Movimento Todos Pela Educação” (TPE)⁴, que conta com mantenedores de peso, como o grupo Gerda, Fundação Bradesco, Itaú/Unibanco, Vivo, Suzano - papel e celulose, Santander e Dpaschoal. E, também, conta com parceiros como Organizações Globo, Instituto Ayrton Senna, Amigos da Escola, Natura, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), PATRI - Políticas Públicas, HSBC, Grupo Saraiva, Instituto Paulo Montenegro, Fundação Victor Civita, Futura Canal Educativo e Microsoft. Além destes, o TPE articula-se com governos estaduais e associações de rádio, televisão, jornais, de jornalistas, de secretários de educação estadual, de dirigentes de Instituições de Ensino Superior e inclusive parceiros de envergadura internacional. Além de grande parte de seus membros estarem vinculados a Institutos difusores do pensamento Liberal em todo país⁵.

² Frequentemente, o PDE é chamado de “PAC da educação”. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um programa governamental, lançado em janeiro de 2007, que engloba um conjunto de políticas econômicas e sociais com vista ao desenvolvimento econômico e, dentre uma delas, se insere o PDE. Gadotti (2008) também a utiliza.

³ Segundo o CDES (Brasil, 2011 e 2013), foram elaboradas e apresentadas ao Presidente da República propostas amplas e sistêmicas para o desenvolvimento brasileiro, como o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e a Agenda Nacional do Trabalho Docente. Assim, a partir de sugestões vindas do CDES, segundo a mesma cartilha, suas sugestões foram decisivas na elaboração do Programa de aceleração do Crescimento (PAC) e Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no qual se localiza o modelo de educação considerado e de formação ensejado, conforme infere a seguir: “O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) incorpora um dos principais consensos do CDES, qual seja a priorização da educação como base para o desenvolvimento, demandando articulação com outras políticas públicas e responsabilização compartilhada entre governo e iniciativa privada.” (BRASIL, 2013).

⁴ O Movimento TPE trabalha na produção de informações sobre o setor educacional em quase todos os estados da federação e em conformidade com cinco metas prioritárias (Meta 1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; Meta 2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; Meta 3. Todo aluno com aprendizado adequado à sua série; Meta 4. Todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos; Meta 5. Investimento em educação ampliado e bem gerido. Disponível em: www.todospelaeducacao.org.br. Acessado em 20/08/2013). Suas ações têm por finalidade influenciar, propositivamente, as políticas públicas, para isso, atua na promoção e articulação política e institucional. Com outras palavras, engendra a “construção de pontes” entre o setor privado, as ONG’s e o setor público com objetivo de melhorar a “qualidade” educacional.

⁵ Instituto Liberal, Instituto Liberdade, Instituto Ling, Instituto Mises Brasil e Instituto Millenium.

Diante do exposto, remontemos às proposições marxianas/engelsianas em *A Ideologia Alemã*, a uma passagem bastante explorada nos trabalhos acadêmicos, mas que aclara muito bem nossa discussão, em que Marx e Engels (2009, p. 67) pronunciam: “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”. Eles ainda acrescentam que a classe que tem à sua disposição os meios para produzir bens materiais produzem também bens espirituais. “As ideias dominantes não são mais do que expressão do ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto, as ideias do seu domínio”.

A explicação disso, segundo Marx e Engels (2009, p. 47), deve-se ao fato de a “divisão do trabalho e propriedade privada são [serem] expressões idênticas” (atividade e produto da atividade). Dessa forma, sendo expressão dominante, as ideias assumem forma de universalidade.

Regressando ao PDE, por se tratar de um “plano governamental” subsidiado por uma sociedade comercial, com metas objetivas atreladas a indicadores de quantidade e “qualidade”⁶, não é muito difícil inferir sobre a orientação das ideias dominantes para o contexto educacional posto.

Outro ponto que nos chama a atenção, sem nos distanciar da arena discursiva apresentada, o próprio Haddad (2007) nos apresenta dois imperativos que ele considera relevantes para o desenvolvimento do PDE: “responsabilização e mobilização social”. Ora, a incongruência se escancara quando se leva em conta tais imperativos. Os excluídos, no processo de discussão e formulação da proposta, agora são responsabilizados e chamados a contribuir. “Haddad propõe que os pais acompanhem seus filhos nas escolas e eles sejam os principais fiscais do PDE” (GADOTTI, 2008, p. 30). Com efeito, expõe Haddad (2007, p. 11),

[...] a sociedade somente se mobilizará em defesa da educação se a incorporar como valor social, o que exige *transparência no tratamento das questões educacionais e no debate em torno das políticas educacionais e no debate em torno em torno das políticas de desenvolvimento da educação*. Desse modo, a sociedade poderá acompanhar sua execução, propor ajustes e fiscalizar o cumprimento dos deveres do Estado. (Grifo nosso).

Cabe à sociedade, excluída do debate, executar, propor ajustes e fiscalizar para que o Estado cumpra as “orientações dominantes”⁷. Noutros termos, aceitar que o modelo sugerido (imposto) de educação seja aceito como ideal e o mais adequado e revestido de um manto de universalidade. Esses componentes reforçam os antagonismos de classes assentes no Estado capitalista. As “orientações dominantes” não são mais do que estratégias de que a classe privilegiada se utiliza. Cabe-lhe, ainda, conforme Marx e Engels (2009, p. 69), “apresentar o seu interesse como interesse universal de todos os membros da sociedade, ou seja, na expressão ideal: a dar as suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente válidas”.

O modelo de educação preconizado no PDE pode não ser o ideal para “toda” a sociedade. Pois este pode estar demasiadamente contaminado pela racionalidade e “suposta pureza”⁸ imanente do

⁶ Entendemos que a qualidade em educação esteja “baseada numa concepção sociológica e política da educação e sua noção [...] estreitamente vinculada ao combate às desigualdades, às dominações e às injustiças de qualquer tipo” (SILVA, 1996, p. 170). Submetida à “esfera da manipulação tecnocrática e instrumental”, a qualidade perde seu caráter substantivo e político e se torna instrumental e técnico, como nos parece concernente à preconizada no PDE.

⁷ Marx e Engels (2009) utilizam da expressão “conceitos dominantes”.

⁸ Expressão utilizada por Boron (2010).

mercado e seus parâmetros de qualidade materializados na educação como “Tesouro”⁹, a mesma apregoada pelos organismos internacionais e incorporada, não raro, nas políticas educacionais como único modelo válido. Mas que acaba assumindo a arenga da melhor alternativa possível.

O rastro dessas ponderações nos permite inferir sobre a proeminência do Estado na condução (monopólio da coerção, segundo o papel do Estado no liberalismo) da ordem e do consenso ou, mais precisamente, do *status quo*.

Diante desse quadro, parafraseamos Lênine (1975), “o que é o Estado? Será o Estado num país capitalista, [...] expressão da vontade popular?” Por silogismo, será o PDE, como preconiza Haddad (2007), concernente à educação, “uma face do processo dialético que se estabelece entre a socialização e individualização da pessoa”? Seguimos adiante em busca de respostas.

O Estado classista e antagonismos

A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada. (ENGELS, 2002, p.199).

A neutralidade não é uma característica presente no Estado moderno, segundo as proposições marxianas/engelsianas. O caráter classista do Estado perpassa por toda a obra de Karl Marx e apresenta a luta de classes como motor da história e agudeza da onipresença do conflito social. E é nesse conflito que Lênine (1975, p. 130), em *Democracia Socialista*, irá tratar do assunto Estado, ao dizer que, “na questão do Estado, na doutrina do Estado, na teoria do Estado”, a luta entre classes diferentes é com facilidade percebida, “uma luta refletida ou expressa num conflito de concepções do Estado, na consideração do papel e o significado do Estado”.

As teses de Lênine (1975) sobre o Estado, com ancoragem no livro de Engels, *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, constata a não existência do Estado anterior à divisão da sociedade em classes. De tal forma, à medida que a divisão social foi se delineando e junto dela, o surgimento da sociedade de classes, do mesmo modo, o Estado ganhou traços mais fortes. Conforme ilustra a epígrafe a seguir, extraída do livro de Engels,

[...] o Estado [...] é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-

⁹ Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors. O Relatório está publicado em forma de livro no Brasil, com o título Educação: Um Tesouro a Descobrir. Nas orientações descritas no Relatório conduzido por Delors, a educação formal está ideologicamente no centro da discussão, e “os sistemas educacionais ‘devem’ fornecer respostas para múltiplos desafios da sociedade da informação, na perspectiva de um enriquecimento contínuo dos saberes e do exercício de uma ‘cidadania adaptada’ às exigências do nosso tempo” (DELORS, 2010, p. 28, grifos nosso).

lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2002, p. 191).

A constatação dessa ilação se deveu ao fato, de acordo com o pensamento leniniano, de o Estado, como esse aparelho constrangedor, ter nascido concomitantemente com a divisão da sociedade em classes, que coexistiam em situação de oposição em razão da existência da apropriação do trabalho de outros, na qual a classe possuidora foi se fortalecendo à medida que essa situação se consolidava (LÉNINE, 1975). Em *O Estado e a Revolução*, Lenin (2007, p. 27) aponta que “o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável de classe. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem ser objetivamente conciliados”

O mesmo autor acrescenta, “o Estado é uma máquina destinada a manter o domínio de uma classe sobre a outra” (1975, p. 138), pois, intrínseca à questão da divisão da sociedade em classes e a apropriação do trabalho dessa mesma classe, localiza-se a propriedade privada. Marx e Engels (2009, p. 112) asseveram,

[...] como o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns que adquirem uma forma política são mediadas pelo Estado. Daí a ilusão de que a lei assentaria na vontade e, mais ainda, na vontade dissociada da sua base real, na vontade *livre*. Do mesmo modo o direito é, por sua vez, reduzido à lei. (Grifo dos autores).

Dessa maneira, desenvolveu-se a ideia de que todos são livres e também iguais perante a lei, com outras palavras, a proteção à propriedade privada permaneceu resguardada seja daqueles que **muitos possuem**, seja daqueles que apenas dispõem da sua força de trabalho para “negociar”.

Em sentido distinto da concepção marxiana/leniniana, para os liberais, o Estado é **um mal necessário**. O seu papel deve ser limitado e o seu poder de coerção só deve ser usado para a garantia do cumprimento das regras entendidas como direitos individuais (STEWART JR., 1998) e (BOBBIO, 1995).

Norberto Bobbio (1995), sobre os limites do poder do Estado descreve, “o liberalismo é uma doutrina do Estado limitado tanto com respeito aos seus poderes quanto às suas funções” (p.17) e acrescenta em outro trecho,

[...] na doutrina liberal, o Estado de direito significa não só subordinação dos poderes públicos de qualquer grau às leis gerais do país, limite que é puramente formal, mas também subordinação das leis ao limite material do reconhecimento de alguns direitos fundamentais considerados constitucionalmente, e portanto, em linha de princípio, *invioláveis*. (BOBBIO, 1995, p. 18-19, Grifo do autor).

Nas considerações apresentadas, suscitam-se diversas interpretações¹⁰ sobre o seu significado, no entanto, ele exemplifica bem as diferenças entre o pensamento liberal e as lições marxianas sobre o Estado. Para o liberalismo, a lei precede o Estado, que surgiu pela necessidade da preservação da propriedade e liberdade como bens inalienáveis (LOCKE, 1991) e, portanto, o Estado a sua imagem e semelhança. Diametralmente oposto, para Marx e Engels (2009, p. 43), a base material é o fundamento da história do homem.

¹⁰ A transcrição da passagem apresentada é abundantemente utilizada em trabalhos do Direito para ilustrar as variações do Estado de direito de afeição liberal.

[...] um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo da cooperação, ou fase social, e esse modo da cooperação é ele próprio uma *força produtiva*; e que a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona a situação da sociedade, e, portanto, a *história da humanidade* tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca. (Grifos dos autores).

Para Codato e Perissinotto (2001, p. 27), “a funcionalidade do Estado é uma tarefa histórica, concreta que se põe de diferentes maneiras para cada *formação social* e que não pode ser pressuposta ou derivada”. Segundo estes autores, a interpretação de Marx, e de tantos outros marxistas sobre a questão do direito burguês e a igualdade perante a lei, consiste numa estratégia capitalista que tanto funciona como efeito regulador sobre as relações econômicas, como componente de teor ideológico (ideologia da igualdade e do Estado como legítimo representante do interesse geral).

Logo, diferentemente das análises de outro tipo, o Estado é fruto das relações de produção e não produto da mente humana ou das suas necessidades de preservação. Por conseguinte, o Estado tem alternado momentos de passividade/atividade ante a sociedade. Por outro lado, a sociedade é reflexo do modo de produção do seu tempo e das relações próprias desse modo.

Consubstanciado tangencialmente com as discussões envolvendo Estado e sua natureza social, compete-nos fazer as mediações necessárias para a compreensão da cena que enquadra o Estado classista e o PDE como representação deste.

À luz dessas considerações, o PDE foi apresentado como um “plano executivo” pelo o próprio então Ministro da Educação Fernando Haddad (2007), e, contido neste, estava implícita uma visão de educação identificada com as necessidades das classes dominantes, que compreendem que a educação é pilar importante para o desenvolvimento econômico. Ou melhor, evidenciam o alinhamento entre os processos educativos com o campo produtivo de orientação liberal, criando, assim, uma nociva interdependência.

Resguardada a rasura observada nas análises teóricas sobre o Estado como instrumento de classe abordados ao longo do texto. O reducionismo, porém, não impede a compreensão das formas de intervenção estatal, muitas vezes, priorizando interesses de certas frações da sociedade em detrimento de outras. Insistimos em que os marcos que compõem o Estado, nas leituras leninianas, por exemplo, foram estabelecidos em momentos históricos distintos e que talvez não contemplem plenamente ou não sejam capazes de dar conta da complexa realidade na qual os Estados atuais estão inseridos. Entretanto são suficientes para o desmascaramento de certas formações ideológicas visceralmente arraigadas no Estado capitalista.

É oportuno, particularmente, compreender que Lenin (2007) vislumbrava um novo ordenamento mundial em face do que atravessava o regime capitalista naquele momento, ou seja, a visão da possibilidade de uma revolução socialista, tendo em vista as condições objetivas e subjetivas. Talvez resida nesse ponto um certo reducionismo tangente ao papel do Estado em suas análises, especificamente, em *O Estado e a Revolução*, quando confrontadas com os achados espalhados na obra marxiana sobre o Estado.

Segundo João Paulo Netto (2010), a concepção de Estado tomada por Lenin parece ser unidimensional e direta: “ele é a instância que expressa, imediatamente, o domínio da classe através do seu poder de opressão” (p. 167-168). Com poucas palavras, ele reduz o Estado a funções coercitivas e repressivas.

Dessa maneira, seguindo os passos do mesmo autor, as críticas recebidas, em especial, em *O Estado e a Revolução*, por Lenin, têm suas origens na ausência de dialeticidade e multilateralidade do

Estado moderno ou burguês não levadas em conta por ele, parecendo destoar da teoria marxiana sobre o Estado, como prenuncia o trecho a seguir.

Em Marx, [...] o Estado *não* é, sempre e/ou necessariamente, a configuração *direta e imediata* de uma vontade política de classe. [...] a formulação marxiana apresenta [...] a essência do Estado, é evidente um equívoco restringir a tais formulações a concepção que Marx tem do Estado moderno (burguês) – esta comporta toda uma série complexa de mediações. O *domínio de classe* (ditadura) que o Estado moderno (burguês) compulsoriamente realiza, pois, não é nem unidimensional nem direto. (NETTO, 2010, p. 167, grifos do autor)¹¹.

Na interpretação do referido autor, Lenin é acusado de deixar escapar atribuições e papéis importantes do Estado moderno, que harmoniza tanto funções coercitivas quanto função mediadora, conservando e concentrando a violência numa série de instituições e agências sociais.

Todavia as análises leninianas sobre o Estado são insuficientes, na medida que não dão conta das novas realidades cortadas, em várias direções, pela complexa organização da gestão da sociedade nas quais a violência está onipresente – “coagulada na máquina coercitiva-repressiva e burocrática estatal ou civilizadamente evanescente por incontáveis condutos econômicos-sociais – reduz a cada passo a autonomia dos indivíduos” (NETTO, 2010, p. 176).

Mas as bases leninianas sobre o Estado são indispensáveis para demonstrar a predisposição em aceitar, sem maiores reservas, o seu arrendamento por parte da classe burguesa, a qual, sem o menor constrangimento, semeia ideologicamente os postulados de uma ordem social capitalista. Uma classe cada vez mais enfeitada pelo canto da sereia dos pressupostos de sustentação da ordem mercantil vigente.

O Estado e a dominação burguesa: o PDE na condição de trama político-ideológica

Nas discussões apresentadas no percurso do texto, procuramos nos desvencilhar do entendimento de Estado, tão-somente como aparelho estatal e, ao mesmo tempo, buscamos tornar visível a sua essência na condição política na totalidade, como prevê a literatura marxiana. “O Estado tal como pensado por Marx, nas suas obras históricas, constitui o alvo primordial da luta política exatamente por concentrar um enorme poder decisório e uma significativa capacidade de alocação de recursos” (CODATO; PERISSINOTTO, 2001, p. 23)

Na assertiva dos autores, o Estado torna-se, em potencial, o principal instrumento de dominação de uma classe sobre outra, um “comitê” com capacidade para administrar os interesses ideológicos, políticos e econômicos da classe dominante. Numa análise mais conjuntural, a percepção

[...] de um Estado como uma *instituição* dotada de *recursos organizacionais* próprios, recursos esses que lhe conferem *capacidade de iniciativa* e *capacidade de decisão*. Na luta política concreta, os grupos políticos e as classes sociais percebem o Estado como uma poderosa instituição capaz de definir a distribuição de recursos diversos

¹¹ Lucio Magri, citado por Netto (2010, p. 167), pode nos auxiliar para o melhor entendimento dessa epígrafe. “Para Marx, o estado burguês é o único Estado em sentido estrito porque ele não é simplesmente uma força de repressão – mais uma força de repressão que se opõe, enquanto *universalidade abstrata*, ficção de comunidade e *direito igual*, à sociedade civil, que reduz ao domínio do particularismo”.

(ideológicos, econômicos, políticos) no interior da sociedade. (CODATO; PERISSINOTTO, 2001, p. 17, grifos dos autores)¹².

Nossa preocupação, concernente à totalidade Estado, não é mostrá-lo como um simples aparelho (aparelho estatal), mas as relações sociais e ações circunscritas a sua volta. O Estado como “centro do exercício do poder político”, como sugerem os estudos desenvolvidos por Nico Poulantzas (1986).

Poulantzas (1986), em trabalho intitulado *Poder Político e Classes Sociais*, adota uma característica funcional para o Estado quando este atua como uma instituição responsável pela coesão social, na interpretação dada por Perissinotto (2003) sobre a teoria de Poulantzas. Ou seja, o Estado no seu campo de atuação beneficiaria “a classe dominante não por ser um instrumento em suas mãos, mas por ser a instituição responsável pela reprodução do sistema social em que aquela classe ocupa posição dominante” (PERISSINOTTO, 2003, p. 7).

Segundo Poulantzas (1986), o “burocratismo” do Estado é responsável por, em consonância com o direito burguês, produzir “efeitos ideológicos” que, de um lado, desarticula e desorganiza os trabalhadores enquanto classe e, por outro, organiza a dominação política da classe burguesa. Talvez seja necessário entender que a política social se relaciona ao mesmo tempo com as necessidades do capital. E nessa relação conflitual de classes mediados pela burocracia estatal, nos argumentos poulantzianos, a política social tem participação no processo de proletarianização.

A epígrafe seguinte ilustra, com clareza, a centralidade das discussões apresentadas neste trabalho, que é a proeminência de certos setores da sociedade na “formatação” de políticas públicas de acordo com suas necessidades produtivas. No caso em tela, uma política governamental dirigida para a educação, abarrotada de “vontades e interesses” de uma determinada classe, que se consolidou no PDE.

O problema do *poder do Estado* é teoricamente distinto do problema do *aparelho estatal*. Enquanto este último refere-se à dimensão institucional, aquele procura identificar as relações sociais que são prioritariamente garantidas através das *políticas públicas* promovidas pelo Estado. Deteria o *poder de Estado*, portanto, a classe social que tivesse assegurada, pelas ações estatais, sua posição privilegiada na estrutura produtiva da sociedade em análise. (CODATO; PERISSINOTTO, 2001, p. 24, grifos dos autores).

Ora, isso, no caso do PDE, é flagrante, os “colaboradores” que ajudaram na sua elaboração são os mesmos que exercem protagonismo no setor produtivo. Vide o Movimento TPE e a rede de influência desenvolvida por ele. Logo, podemos supor que o PDE, nos ditos de Mészáros (2005), está demasiadamente corrompido por “conformidades” ideológico-políticas peculiares deste mesmo setor. A educação de conformidades prega a eficiência, a competitividade, o mérito e a aceitação e interiorização de um sistema que visa ao lucro e à exploração do trabalho assalariado.

Jorge Miglioli (2006, p. 31) escreve sobre a *Dominação burguesa nas sociedades modernas* e faz a seguinte explanação: “a burguesia dispõe de um fantástico instrumento de doutrinação e dominação: são os meios de comunicação”. Tal declaração também vai ao encontro de nossas alegações, quanto insistimos no papel desempenhado pelo Movimento TPA, em vista de seu alinhamento com os principais

¹² Devido à limitação deste texto, não será possível avançar com maior profundidade nas análises que envolvem a complexidade das questões “funcionais” e “institucionais” do Estado no pensamento marxiano e marxista, para maior profundidade do tema ver Codato e Perissinotto (2001) e Polantzas (1986). No entanto elas nos ajudam a demonstrar a relação simbiótica entre o Estado e os interesses das classes dominantes.

veículos de comunicação nacional e internacional. E ainda, como agente condutor que ajuda a difundir, por meio do monopólio midiático, um modelo “ideal” de educação.

Um tipo de educação orientada com desenvolvimento, como pregam os institutos liberais, com ênfase nas áreas técnicas em consonância com as necessidades do mercado. A “mão invisível” por detrás do PDE visa à formação de uma sociedade estruturada em princípios que levem em conta a responsabilização e a livre iniciativa, em detrimento da qualidade social.

Por isso, é importante, reproduzindo Codato e Perissinotto (2001), compreender o Estado, sob a óptica marxiana, não exclusivamente por sua função, mas como organização complexa atravessada de cima para baixo por conflitos de classes que alteram a dinâmica política e social.

Lima (2014, p. 8), em seus estudos sobre o *Controle Social*, constata “que o modelo de política educacional demandado pelo Estado busca organizar e disciplinar os movimentos societários, impondo a estes os interesses de formação de modelo de homem e sociedade”. O PDE não foge a essa lógica, se pensarmos que não foi um “plano” debatido com o todo social e que apenas alguns poucos “eleitos” foram consultados.

Considerações finais

O encadeamento desenvolvido neste trabalho está longe de ser esgotado em suas possibilidades analíticas. Denuncia a relação íntima do Estado com setores privilegiados da sociedade na composição, formatação e orientação de uma política educacional voltada para as suas próprias necessidades.

O PDE é um conjunto material de consenso, de interesses e finalidades, de controle, de composição ideológica e, sobretudo, um combinado de subjetividades. Pois o mesmo reflete a materialidade do pensamento das instâncias proponentes, ou melhor, reflete a racionalidade característica.

Boron (2006), ao falar do legado de Marx, assinala, “o Estado liberal repousa sobre uma malsã ficção de uma pseudo igualdade que inocenta a desigualdade social” (p. 321). Destaca seu caráter alienador e as “tarefas estratégicas” que esse Estado busca desempenhar para o sucesso de tal processo, ou seja, a ocultação da dominação social e a separação entre economia e política. “A primeira consagra como assunto privado, enquanto que a segunda se restringe aos assuntos próprios da esfera pública, definida segundo os critérios da burguesia, reforçando, com todo peso da lei e da autoridade, o *darwinismo social* do mercado” (BORON, 2006, p. 322).

“A sociedade capitalista tem sido pródiga de ideologias a respeito do conflito entre liberdade e a autoridade” é o que pensa Vieira (1992, p. 33), nesse contraste, evidenciado por ele, que dá expressão aos antagonismos entre o homem e o Estado. “O homem em busca da conservação de sua vontade e o Estado pretendendo a uniformidade das vontades humanas e a confirmação incontestável da sua força institucional” (p.33). Trazendo o debate para a arena educacional, para o Estado liberal, a educação se comporta como promotora de equidade (singularidades e necessidades individuais) com poder de conservação e não de transformação; e divisão entre o saber e o fazer (arranjo produtivo para a reprodução do capital).

Finalizando, não é presumível negar que a questão social se encontra entrelaçada pela regulação e, juntamente, a questão educacional. Com relação ao PDE, tangente aos processos formativos, há possibilidades de ofertar uma alternativa que não esteja “harmonizada” com a lógica do Estado? O campo de análise do liberalismo parte da formação do homem no mundo posto, em que o mercado é estimado como totalidade. O mercado, nessa condição, nega a subjetividade do homem, ao desconsiderar as contradições de classes, em outras palavras, não nega os homens, mas a questão da sobrevivência no

mundo posto. Busca o consenso e o equilíbrio social por meio da criação de condições equitativas entre consumo e produção, refuta as matrizes dialéticas e socialistas e “naturaliza” as relações sociais. E, claro, supervaloriza demasiadamente a propriedade privada. Nesse equívoco interpretativo, a nosso ver, os entendimentos dos problemas postos na realidade social sofrem com seu deslocamento para outros domínios a-históricos.

Referências

BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

BORON, A. A. *O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRASIL. Folder *CDES (2012-2014)*. Secretaria de Relações Institucionais. 2013. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/conteudo/41/o-que-e-o-cdes.html>. Acessado em 11/11/2012.

_____. Presidência da República. *Conselho de desenvolvimento econômico e social*. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Agenda para novo ciclo de desenvolvimento. Brasília: CDES, 2011.

_____. *Lei Nº. 10.683, de 28 de maio de 2003*. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e da outras providências. Brasília, 2003.

CODATO, A. N.; PERISSINOTTO, R. M. O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas de Marx. In: *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 13, p. 9-28, 2001.

DELORS, J. (Coord.). *Educação: um tesouro a descobrir*: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, 2010.

ENGELS, F. Barbárie e civilização. In: ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 177-201.

GADOTTI, M. *Convocados, uma vez mais: ruptura, continuidade e desafios do PDE*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

HADDAD, F. *O Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas*. Brasília: INEP, 2007.

LENIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LÉNINE, V. I. *Democracia socialista*. Lisboa: Avante, 1975.

LIMA, A. B. Apresentação: antecedentes e motivação. In: LIMA, A. B. (Org.). *Qualidade da educação superior: o Programa Reuni*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 7-12.

_____. *A natureza das políticas sociais*. Uberlândia, MG. MIMEO. 2010.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural (coleção Os pensadores), 1991.

MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, J. P. Lenin e a instrumentalidade do Estado. In: LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 145-184.

PERISSINOTTO, R. M. *A importância do 18 Brumário de Louis Bonaparte para a teoria marxista contemporânea do Estado capitalista*. Curitiba, PR: digit, 2003.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SILVA, T. T. O projeto educacional da nova direita e a retórica da qualidade total. In: SILVA, T. T.; GENTILI, P. (Org.). *Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996.

STEWART JR., D. *O que é liberalismo*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.

VIEIRA, E. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.

* Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Doutorando em Educação. Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Educação-GPEDE. E-mail: jeovandircampos@yahoo.com.br

Recebido em 20/07/2015

Aprovado em 25/08/2015